

Da teoria da comunicação às teorias da mídia
Ou, temperando a epistemologia com uma dose de cibercultura

From “Communication Theory” to “Media Theories”
Or, Spicing up Epistemology with a hint of Cyberculture

*Erick Felinto*¹

Resumo

No contexto brasileiro da pesquisa em comunicação, as investigações de caráter epistemológico enfrentam um perigoso esvaziamento. O pequeno interesse pelos temas teóricos, expresso inclusive pela baixa popularidade dos GTs de Teoria da Comunicação em associações como a Compós e a Intercom, merece análise cuidadosa. O objetivo deste trabalho é sugerir algumas interpretações a respeito do singular estado e das dificuldades enfrentadas pela teoria da comunicação no Brasil. Mais que isso, aponta nas questões levantadas pelas mídias digitais e suas novas teorias um possível caminho para enfrentar os impasses teóricos no campo da comunicação no Brasil.

Palavras-chave

Epistemologia da Comunicação; Cibercultura; Teorias de Mídia Alemãs

Abstract

Investigations of epistemological nature are becoming increasingly unpopular in the Brazilian context of Communication Research. The scarce interest in

¹ Erick Felinto realizou estudos pós-doutorais na Universität der Künste Berlin e atualmente é professor adjunto na UERJ e pesquisador do CNPq.

theoretical subjects, as indicated by the low levels of enrollment in “communication theory” workgroups in associations such as Compos and Intercom, deserves careful analysis. The goal of this work is to suggest some interpretations regarding the peculiar status quo and difficulties faced by communication theory in Brazil. Moreover, it purports to find in new digital media and its corresponding theories an alternative to the theoretical dead-ends of communication studies in Brazil.

Keywords

Epistemology of Communication; Cyberculture; German Media Theories

“What do you think Marshall McLuhan ought to do if he wants to be taken more seriously in the world today?” [entrevistador de televisão]

“Marshall McLuhan is taken far too seriously...” [McLuhan]

Entrevista na televisão canadense, 1967.

Para todos os que têm interesse mais profundo pela reflexão conceitual e teórica sobre os fenômenos comunicacionais, é difícil evitar, hoje, certa sensação de mal-estar no contexto brasileiro. Falo especificamente desse contexto, naturalmente, devido às peculiaridades que o marcam e o distinguem decisivamente de outros ambientes intelectuais, como o francês, o alemão ou o norte-americano. Tanto na Compós quanto na Intercom, a pequeníssima popularidade dos grupos de trabalho ligados à epistemologia da comunicação constitui apenas um fragmentário indício de uma situação mais ampla que se manifesta nas escolas de comunicação, seja em nível de graduação ou de pós-graduação². Tudo isso sugere que a chamada “teoria da comunicação” parece ser o patinho feio dos eixos articuladores de pesquisa no campo. Esse baixo apelo e os pequenos índices de produção acadêmica, em termos comparativos com outros recortes, chamam atenção precisamente em um cenário que, internacionalmente, se caracteriza por um interesse crescente pelas abordagens teóricas e por estudos de natureza exploratória. Por que razão isso acontece? Quais seriam os motivos dessa nossa “timidez teórica” e em que sentidos ela parece estar em choque com o que se passa no resto do mundo?

Meu objetivo neste trabalho, bastante modesto, diga-se logo, é investigar algumas das possíveis causas dessa inanidade da teoria da comunicação no contexto brasileiro. Além disso, quero sugerir que é no horizonte dos *estudos de mídia* (mais especificamente, as novas mídias digitais) que talvez possamos encontrar elementos para um resgate da importância e dignidade da teoria. Numa analogia bastante liberal, talvez fosse o caso de perguntar se entre nós a teoria da comunicação não se encontra numa situação semelhante àquela que Benjamin atribui à teologia nas *Teses sobre o Conceito de História*. Como se sabe, o ensaio evoca o famoso autômato jogador de xadrez, bastante popular em fins do século XVIII, que vencida todas as partidas apenas porque um anão se escondia em seu interior. Para Benjamin, o autômato figurava o materialismo histórico, capaz de derrotar seus oponentes apenas ao tomar a teologia em seu serviço. Esta, contudo, “é hoje reconhecidamente pequena e feia e não ousa mostrar-se” (1991: p. 693). Se essa alegoria tiver algum sentido, a teoria da

² Os números são, de fato, bastante desanimadores. Nos anos de 2007 e 2008, por exemplo, o GT “Epistemologia da Comunicação” da Compós, recebeu respectivamente, apenas 9 e 12 trabalhos. No ano de 2002, o GT contou com apenas seis pesquisadores. Infelizmente, o site da associação não registra dados de outros anos. Cf. www.compos.org.br.

comunicação irá necessitar por aqui de um “extreme makeover” para que possa rasgar o disfarce por trás do qual esconde seu verdadeiro rosto. Pois raramente a enxergamos andando por aí, encoberta que está por abordagens empíricas radicalizadas e pelas propostas de pesquisa de foco microscópico. Isso não quer dizer que não tenhamos competência para fazer boa teoria ou que nos faltem pensadores qualificados, mas talvez signifique que precisemos repensar o foco de nossas preocupações nesse campo.

Antes de qualquer outra coisa, convém adotar certa atitude de desconfiança diante da linguagem e das terminologias. O que significa dizer, efetivamente, “teoria da comunicação”? O singular é bastante enganoso. Sabemos que não existe *uma* teoria, senão várias, com diferentes abordagens, olhares e procedimentos, contudo, abstraímos esse plural em benefício de certa idéia de *unidade na diversidade*. A enorme variedade de abordagens, métodos e escolas (com fundamentação em áreas que vão da sociologia à filosofia) é compactada sob a égide de um ideal disciplinar. Nas disciplinas universitárias que se dedicam a historiar as diversas teorias da comunicação, a reflexão da Escola de Frankfurt é inserida em matrizes de enunciação que permitem colocá-la no mesmo plano dos estudos de recepção, por exemplo. Ambas fazem parte desse vasto e organizado panorama histórico que, tradicionalmente, inclusive, se apresenta com inclinações evolucionistas. Os olhares equivocados do passado seriam continuamente corrigidos pelo progresso da teoria e da ciência. Tal unidade do diverso seria garantida por aquilo que constitui o “campo” da comunicação, seu recorte específico, com a definição dos horizontes próprios de pesquisa. Todavia, é aí precisamente que começam nossos problemas.

Um rápido inventário dos trabalhos apresentados nos encontros do GT de Epistemologia da Comunicação da Compós indica que temos feito investimento de tempo considerável na definição do que significa o “campo da comunicação”³. Ainda que se reconheça (e seria muita ingenuidade não fazê-lo) que as considerações epistêmicas são sobredeterminadas por questões de ordem política e de outras naturezas⁴, o tom dominante na maioria dos trabalhos é o da necessidade do estabelecimento de um *lócus* de legitimação *essencialmente epistemológico* do discurso teórico sobre a comunicação. É imperativo

³ Entre cerca de 90 trabalhos durante os anos de 2001 e 2010, pelo menos 35 tratam diretamente do tema, sem contar os que o abordam de forma indireta ou acidental. Dados da biblioteca da Compós: Cf. <www.compos.org.br>

⁴ Por exemplo, no texto de Jairo Ferreira, citado a seguir (2003).

estabelecer fronteiras, marcar territórios e prescrever procedimentos, independente da admissão de que o campo é, pelo menos em parte, uma ficção útil. Para muitos, inclusive, o que garantiria a suposta unidade do campo comunicacional seria a noção de *mídia*. Esse destaque da noção permanece como algo mais ou menos constante, com eventuais tentativas de flexibilização do que significa exatamente o termo. Buscando esse caminho de relativa flexibilização, por exemplo, Jairo Ferreira expressa os diferentes percursos teóricos como tentativas de “responder a angústias do campo a partir de enfoques próprios, singulares” (FERREIRA, 2003, p. 9). A palavra usada aqui é sintomática. De fato, em muitos dos estudos sobre o tema, parece tratar-se de uma angústia que apenas uma boa *terapêutica epistêmica* poderia curar.

Nesse sentido, pesquisadores ocuparam-se repetidamente com a delimitação das fronteiras do campo e sua singularização em relação a outras disciplinas próximas. Como afirma José Luiz Braga em outro texto apresentado no GT,

As teorias das áreas vizinhas, mesmo quando tratam diretamente de comunicação, o fazem com atribuição de maior relevância a questões habituais da área própria, perante as quais os fenômenos comunicacionais são coadjuvantes – o que não ajuda no esforço de desentranhamento do “objeto comunicacional” e das questões pertinentes para o campo (BRAGA, 2007, p. 3).

No fundo da questão encontra-se, portanto, um problema de natureza disciplinar. No Brasil, a teoria da comunicação vem se constituindo, em escala significativa, como (re)proposição de suas fundações epistêmicas, de seu desenho enquanto “campo” ou “objeto” (e os dois termos aparecem na literatura, por vezes, de forma intercambiável). Em última instância, o que se pretende é garantir o estatuto disciplinar desse saber. Entretanto, não obstante a qualidade e profundidade das discussões travadas, toda essa energia pouco tem sido direcionada a buscar novas perspectivas teóricas ou a diagnosticar transformações no cenário midiático contemporâneo.

Naturalmente é de interesse destacar o fato de que tal tipo de discussão quase não ocorre fora do contexto brasileiro. Por uma série de razões estruturais de ordem principalmente institucional (e política, não esqueçamos), o tema tem muito maior relevância aqui que em outros cenários. Em parte, sem dúvida, devido ao modelo de distribuição de verbas pelas agências de fomento – que compartimentaliza o conhecimento em recortes por vezes inteiramente ultrapassados –, como também em função do complexo processo histórico

do desenvolvimento das escolas de comunicação no Brasil. Mas não seria inteiramente justo equiparar a raridade da ocorrência dessa discussão em outros ambientes acadêmicos com sua pura e simples inexistência. Ela até existe, porém, se constrói comumente a partir de vetores e pressupostos diversos. Kaarle Nordenstreng a retoma, por exemplo, em um interessante texto que se inicia pelo reconhecimento, óbvio para qualquer bom observador, da tremenda complexificação dos fenômenos comunicacionais na atualidade.

Nesse panorama, a introdução das tecnologias digitais desempenhou papel fundamental. Não tanto porque elas tenham revolucionado inteiramente a história humana, como muitos dos discursos triunfalistas apregoam, mas principalmente devido ao fato de terem posto em relevo certas questões que *antes não se manifestavam de forma tão evidente quanto agora*. A isso retornarei mais adiante. Nordenstreng prossegue enumerando uma série de autores que apontam antes para a fragmentação e desestruturação do campo comunicacional que para sua estabilização. Ao analisar o cenário dos estudos de comunicação nos países nórdicos (onde, aliás, se encontram alguns dos autores e trabalhos mais interessantes e inovadores sobre as novas mídias nos últimos anos), Nordenstreng desvela uma multiplicidade de perspectivas, temas e abordagens que ele define, em termos até modestos, com uma tendência para um enquadramento mais holístico (*a more holistic framework*). De meados dos anos 70 ao primeiro decênio deste segundo milênio, o que se percebe em países como a Suécia e a Noruega é não apenas um crescimento espantoso, mas também uma diversificação destacada de horizontes de pesquisa. Numa mescla de lamentação pelo perigo de uma dispersão identitária e a aceitação resignada da complexidade das demandas interdisciplinares hoje impostas à comunicação, o autor conclui:

Hoje, minha resposta à questão campo/disciplina é que se trata antes do primeiro que da segunda, e minha sugestão é de que é uma ilusão insalubre celebrar a popularidade dos estudos de mídia com a distinção de uma disciplina independente – para não falar em várias disciplinas. De todo modo, se requer o exame crítico da identidade do campo e uma boa dose de busca espiritual (NORDENSTRENG, 2007, p. 212).

E o retrato do “campo” aqui esboçado é o de um espaço inevitavelmente atravessado por múltiplas disciplinas e problemas. No artigo de Nordenstreng, o termo “busca espiritual” (*soul searching*) é tão sintomático quanto as “angústias do campo” de Ferreira. Em uma situação em que muitas das antigas certezas parecem evaporar por completo, o pesquisador

da comunicação vê se esvaírem os fundamentos epistêmicos que lhe garantiam um mínimo de identidade profissional e institucional. Algo semelhante se passou, em anos recentes, no domínio dos estudos literários. E, segundo o que já apontei em diversas outras ocasiões, muitos estudiosos da literatura acabaram por lidar com tal crise através de formas inovadoras e não saudosistas, como a definição da *medialidade* da mensagem literária enquanto tema privilegiado.

Em trabalho bastante inovador no contexto de então, Afonso Albuquerque indicou como as novas mídias digitais colocaram em cheque os modelos teóricos tradicionais (e mesmo a identidade do campo) da pesquisa em comunicação, até então pautada pelo paradigma emissor-mensagem-receptor (E-M-R) característico da *mass media research* (2002). Aqui vale a pena fazer um parêntesis e observar, de fato, que o grosso das discussões sobre a identidade da comunicação se deu no contexto da *mass media research*. E não é casual o fato de que existam diferenças gritantes entre os métodos, perspectivas teóricas e posições disciplinares adotadas nos universos de pesquisa das mídias digitais e das tecnologias de comunicação massiva. Não apenas, como já seria de esperar, devido às diferenças estruturais que caracterizam esses ambientes midiáticos, senão também devido ao fato de que o digital (e as formas de conhecimento que lhe são culturalmente coetâneas) *favoreceu a problematização do próprio cerne da noção de comunicação*.

Como disciplina fundamentalmente preocupada com a investigação de processos de significação entre emissores e receptores, a comunicação se caracterizou como uma investigação de ordem hermenêutica. E, notadamente, a história das teorias e dos métodos de pesquisa em comunicação apresenta um viés quase que exclusivamente hermenêutico. De análise de conteúdo ao estudos de recepção, trata-se essencialmente de interpretar sentidos. Nesse circuito, o componente propriamente tecnológico e material dos meios foi quase que inteiramente esquecido. O mais importante eram os emissores e receptores humanos que se encontravam nas pontas da cadeia comunicacional, na qual os meios apareciam como pouco mais que instrumentos de transmissão de informação. Desse modo, não espanta que os modelos tradicionais da teoria da comunicação tenham quase sempre considerado o ruído como elemento negativo a ser eliminado dos processos comunicativos. Ora, um dos méritos de trabalhos recentes no domínio das tecnologias digitais é resgatar o ruído como instância produtiva e essencialmente integrante do circuito de comunicação – bem com da lógica

econômica e cultural do capitalismo pós-industrial. Em sua brilhante arqueologia dos vírus de computador, Jussi Parikka mostra como o ruído (e conseqüentemente os vírus) passam, em uma sociedade de riscos, a ser parcialmente incorporados à lógica cultural: “em lugar de encarar o ruído como algo reterritorializado fora do evento comunicacional, a sociedade de risco efetivamente não exclui os perigos e os riscos, mas *os inclui*” (PARIKKA, 2007, p.72). Eles continuam, porém, a receber uma marca negativa, mas já não são mais simplesmente descartados: “exclusão – mas apenas via inclusão” (ibid.). Parikka, todavia, vai mais longe, procurando demonstrar o potencial criativo dos ruídos, vírus e acidentes: eles desestabilizam os sistemas, eles põe em cheque a ordem estabelecida e demandam novas reconfigurações.

A concepção comunicacional clássica engendrou uma espécie de “metafísica da comunicação” que nos tornou, talvez, confiantes demais em sua eficácia e transparência. Uma metafísica fundada em pressupostos humanistas, na qual o sujeito humano ocupa posição absolutamente central, como senhor e mestre da tecnologia e do significado. Desse modo, faz todo sentido do mundo, por exemplo, que José Luiz Braga tenha buscado no “paradigma indiciário” de Carlo Ginzburg “um modelo epistemológico bem ajustado a necessidades da área” (GINZBURG, 2007, p. 3). Aparte a ironia de uma proposta de autonomização do campo comunicacional baseada em um paradigma interdisciplinar estudado por um conhecido historiador, o trabalho mostra, de forma clara, o domínio do modelo hermenêutico no pensamento comunicacional. Não há dúvidas de que podemos considerar a comunicação uma “disciplina indiciária”, como sugere Braga com argumentação impecável. O único problema é que tal dimensão encobriu, freqüentemente, outros olhares enriquecedores dos fenômenos midiáticos. Não há espaço para outras perspectivas, já que o sentido está em toda parte, à espera apenas de um Sherlock que o interprete apropriadamente. E falar do *sentido*, é algo que já temos feito há bastante tempo.

Quero dar um passo adiante em relação às observações de Albuquerque e sugerir que talvez a comunicação seja algo, como diriam os americanos, *highly overrated* e que pode mesmo não constituir um problema central dos estudos da sociedade e da cultura em anos vindouros. Será, de fato, que hoje o papel central dos meios de comunicação é “comunicar”? Ou terão eles prioritariamente outras funções ligadas à regulação social e à produção de experiências de natureza não semântica? Friedrich Kittler, um dos nomes mais importantes das novas teorias de mídia alemães, assume uma posição decididamente pós-humanista e

extra-semântica ao explicitar sua tese do *apriori medial*. Falar em um *apriori medial* significa dizer que as tecnologias de comunicação e informação constituem elemento central na determinação das realidades humanas e dos processos de cognição. A questão central de Kittler, resumida de forma competente por Winthrop-Young, consiste na pergunta sobre “como homens e instituições são influenciados ou formados por determinadas práticas e ordens discursivas (*Redeordnungen*), sem com isso repetir as antigas proposições materialistas” (WINTHROP-YOUNG, 2005, p. 22). Em lugar de materialismos tradicionais, que tomam objetos e tecnologias como substâncias inertes, cabe reconsiderar a noção de agência e libertá-la de sua prisão humanista. No contexto de tal reconsideração, podem dar-se deslocamentos importantes na maneira como enxergamos os meios. Talvez seja este um momento particularmente propício para analisá-los mais como processos de registro e sistemas de inscrição e arquivo (*Aufschreibesysteme*), como também faz Kittler, e menos como tecnologias *de comunicação*. Mais que isso, quiçá seja esse também o momento de investigar não apenas quais significados circulam pelos sistemas midiáticos, mas como, em tais sistemas tecnológicos, pode-se dar a emergência de sentidos em geral. Ou seja, como a partir do não-sentido (a dimensão material dos meios) surgem as condições para a manifestação do sentido.

O *apriori medial* já não é mais uma tese defendida unicamente por Kittler. Ela se tornou um dos temas mais importantes de reflexão no panorama alemão. Stefan Münker a define como um “medial turn” (inspirando-se no *linguistic turn* da filosofia), particularmente expressivo de fato, no ambiente acadêmico germânico. Os meios não apenas nada têm de transparentes, senão também constituem nossa relação com o mundo e definem as condições transcendentais do pensamento. Há mais nos meios do que eles deixam transparecer à primeira vista. O raciocínio de Münker é bem menos radical (e também - lástima! - bem menos interessante) que o de Kittler. Contudo, igualmente situa no centro das discussões contemporâneas a noção de *meio*. Não sem razão, os alemães são obcecados com esse conceito e sua definição – sempre, naturalmente, tentativa. Isso significaria, então, que se deve subscrever à tese da delimitação do “campo comunicacional” através do vetor dos meios? Estaria neles a resposta que permitiria, no fim das contas, atribuir uma identidade ao campo? Seria realmente alentador se as coisas fossem tão simples assim. Mas não, tudo indica que continuaremos *angustiad*os! Pois as noções de meio e mediação, em um processo

paradoxal, vieram ocupar o centro das discussões sobre sociedade e cultura ao mesmo tempo em que sofreram um dramático processo de erosão.

Na implosão conceitual que se deu no “medial turn”, não apenas a “comunicação” fragmentou-se nos mais diversos territórios e horizontes, mas também se passou a exigir uma significativa reconfiguração das formas como encaramos os meios. Isso, segundo Munker, porque o surgimento das tecnologias digitais marcou uma cesura na história cultural. Nas pegadas de Kittler, Munker explica tal cesura com base no fato de que, pela primeira vez, dispomos de um “meio que pode emular todos os outros meios, assim como assumir suas funções” (MÜNKER, 2009, p. 11). O computador seria, nas palavras do primeiro, *o meio para acabar com todos os meios*: “uma completa interconexão dos meios (*Medienverbund*) sob uma base digital irá eliminar o próprio conceito de meio” (KITTLER, 1986, p. 8). Numa visão clássica, a comunicação consistiria na transmissão de sentido (humano) através dos meios tecnológicos. Eles estariam ali apenas para *mediar* tal transmissão. Mas que fazer dos meios em uma época em que as máquinas se “comunicam” cada vez mais com outras máquinas, em sistemas fechados nos quais o mais importante é a manutenção de seu funcionamento?

Uma das figuras heróicas da historiografia de Kittler, curiosamente, constitui também quase uma origem para a genealogia tradicional dos estudos da *mass media research*. Em Shannon se articula, *avant la lettre*, um paradigma teórico não hermenêutico. Em sua teoria, o que importa essencialmente não é nem o meio nem o conteúdo da mensagem, mas sim *como alcançar o máximo de eficácia em sua transmissão*. A teoria matemática da comunicação, assim como a cibernética e a teoria dos sistemas (especialmente em sua vertente luhmanniana) são paradigmas teóricos que colocam o *maquinismo e os determinantes sistêmicos* em uma posição privilegiada em relação aos agentes humanos. Como diz Winthrop-Young, com boa dose de humor, “Shannon é um Foucault com maiores dotes matemáticos” (2005, p. 138). Isso porque, como Foucault, Shannon preocupa-se com o tema da regulação dos sistema através de mecanismos de reforço e redundância.

A referência a Foucault é oportuna. Sua influência sobre as novas teorias de mídia, especialmente em obras como as de Kittler e Zielinski, é decisiva. Se Foucault oferecia a esses teóricos um modelo de história cultural onde as redes discursivas determinam comportamentos e formas institucionais em procedimentos de poder, faltava, porém, a ele a

consideração do papel dos meios em tais processos. Nos termos de Wolfgang Ernst, o problema de Foucault é que ele “escreve arquivo, mas pratica bibliografia” (*Archiv schreibt und Bibliothek praktiziert*) (ERNST, 2002, p. 19). Em outras palavras, trata-se de investigar não apenas as fontes “literárias” (registros escritos), mas interfaces, superfícies, *meios de transmissão*. No âmbito da “arqueologia dos meios” (*Medienarchäologie*), o arquivo constitui uma entidade eminentemente *mediática*, o lócus onde se busca “a lei medial que dirige a *ordem das coisas* em sua própria produção” (Ernst, *ibid.*). Um elemento, precisamente, que as novas teorias ofereceram com seu *a priori* medial. Dentro desse panorama, o tema da transmissão e interpretação dos sentidos é esvaziado ou torna-se secundário. Como diz David Wellbery em sua introdução à tradução em inglês de *Aufschreibesysteme 1800/1900*,

Aqui não existem verdades ocultas a serem desveladas, nenhuma profundidade debaixo dos textos da qual nos caberia se apropriar. Tudo permanece na superfície, precisamente porque essa materialidade superficial dos próprios textos – sua inscrição dentro de uma rede discursiva – é o lócus de sua eficácia histórica (WELLBERY, 1999, p. xvii).

Em que situação tudo isso nos deixa? A essa altura, convém retomar o argumento inicial e esmiuçá-lo à luz de algumas novas considerações sobre o impacto das mídias digitais. Já se viu como, no Brasil, boa parte dos esforços da teoria da comunicação tem se dedicado a legitimar o campo e prescrever procedimentos epistêmicos. A teoria aparece, assim, como o cãozinho que continuamente corre atrás de seu rabo sem sair do lugar. Em um cenário em que internacionalmente se alcança já considerável maturidade nos estudos comunicacionais, essa insistente trabalho de fundamentação desperta curiosidade. Tais discussões costumam ser especialmente características dos momentos iniciais de constituição de uma disciplina, quando, mais que nunca, ela se vê envolvida em disputas de poder e necessita estabelecer sua identidade. Será, então, que ainda estamos engatinhando no domínio da teoria da comunicação? Por outro lado, a noção de mídia, recorrentemente invocada como garantia epistemológica do recorte do campo, é muito pouco explorada para que possa constituir um porto seguro aos pesquisadores angustiados com a *terra ingonita* que surge à sua frente. Se por vezes se admite a multiplicidade semântica desse conceito, tímidos foram os esforços para esmiuçá-lo com maior precisão. Como admite Jairo Ferreira, a discussão “em torno da mídia poderia, é claro, render uma obra” (FERREIRA, 2003, p. 10) –

da qual ainda não dispomos, infelizmente. Entretanto, no mais das vezes, a mídia e os “processos de mediação” são tratados como termos auto-evidentes ou pouco problemáticos.

Mais que isso, como já se apontou, as discussões têm se dado numa moldura conceitual onde os problemas de fundo sempre são de natureza fundamentalmente hermenêutica. “Interpretação” é a palavra mais popular de muitos dos trabalhos dedicados à definição do campo comunicacional, ainda que, paradoxalmente, se afirme o tempo todo a necessidade de encontrar vetores *propriamente científicos* de delimitação do campo. Ou seja, comunicação não pode ser apenas – ainda que em boa parte reconhecidamente o seja – aquilo que a comunidade de pesquisadores *pensa que ela é*. O que se combate, nesse contexto, são as generalizações e as explorações “ensaísticas” em busca de “um campo acadêmico que ultrapasse os limites do ensaio e da filosofia pura” (FERREIRA, 2003, p. 11).

Face a tudo isso, quero situar o foco da minha provocação através da seguinte pergunta: não seria interessante reestruturar essas discussões sobre a teoria da comunicação em nosso meio a partir de uma consideração mais atenta dos impactos dos novos meios digitais? Efetivamente, o trabalho de Albuquerque constitui uma das poucas exceções no âmbito do GT de Epistemologia da Comunicação da Compós. Ao longo de sua história, o GT pouco tratou de temas dessa natureza. De fato, cabe perguntar se essa carência de atenção ao digital não se deva ao fato de que muitos pressupostos epistemológicos envolvidos na discussão derivem de sua adesão a uma *forma mentis* típica da comunicação massiva. Já adverti, anteriormente, que possivelmente a maior contribuição do paradigma digital aos estudos comunicacionais seja a possibilidade enxergar questões antes pouco visíveis (ou reformular inovadoramente as antigas questões). O tema das interfaces, por exemplo, colocou em plena visibilidade a dimensão material dos meios, bem como a ocasional resistência das superfícies midiáticas à livre circulação dos sentidos. A interface não é somente aquilo que permite a interação e os fluxos de sentido, mas que, simultaneamente e de forma paradoxal, os obstaculariza.

Pondo de lado o fato de que as tecnologias digitais provocaram uma cesura na história cultural, segundo Münker, ou uma explosão do campo comunicacional, como afirma Nordenstreng, temos que reconhecer a necessidade de repensar os termos tradicionais do debate. Isso inclui, naturalmente, o vocabulário, conforme também advoguei no início desta reflexão. Fora do Brasil, quando me perguntam sobre minha área de atuação, não me sinto

nem um pouco confortável em responder que trabalho com “communication theory” ou “communication studies”, já que esses termos se encontram contaminados por uma visão da sociedade, da cultura e da produção de conhecimento com os quais não me identifico de forma alguma. E só posso responder que faço “media studies” porque a expressão já foi reterritorializada a partir das novas teorias de mídia, tendo sido assim despida da ressonância tipicamente empiricista e reducionista que caracterizou boa parte da (*mass*) *media research*.

Mas a verdade, em última instância, é que ainda não dispomos de um vocabulário adequado para dar conta das questões prementes da cultura e da sociedade na presente situação. Não há, dúvida de que nos encontramos numa situação embaraçosa quando mesmo o termo “cibercultura”, bastante usado entre nós (e nome de GT da Compós), já é considerado ultrapassado e antiquado por pensadores como Manovich e Zielinski.

Não estou sugerindo que tenhamos, neste momento, que abandonar todos os problemas tradicionais da “teoria da comunicação”. Minha proposta é mais modesta e posso sintetizá-la em quatro pontos:

1. A preocupação com a definição do campo e a delimitação de seus marcos surgiu, em boa parte, como resposta a um estado de grande instabilidade e falta de rigor científico no domínio institucionalizado das “ciências sociais aplicadas” (mais um termo infeliz!) no Brasil. Há indicativos de que já é outra a situação em que nos encontramos hoje e, portanto, estaríamos prontos a dar um passo adiante. Mas mesmo que ainda não nos encontremos no melhor dos mundos possíveis, um deslocamento do eixo de nossas preocupações centrais do tema do campo para a questão da *medialidade* pode oferecer pistas mais valiosas para repropor os problemas da comunicação na era digital;
2. Devemos temperar nossa inclinação às questões de fundo hermenêutico com abordagens capazes de contemplar mais profundamente o impacto material dos meios. Nesse aspecto, autores como Kittler (1986), Zielinski (2002), Gumbrecht (1994) ou Ernst (2002) teriam muito a colaborar. Um estudo como o já citado *Digital Contagions*, de Jussi Parikka, realiza com maestria essa combinação entre práticas

interpretativas e investigação das materialidades midiáticas. Advertindo que a noção de discurso não deve ser entendida em um sentido unicamente textual, Parikka explica o que entende por “texto”:

Eu abordo textos como máquinas de produção, como criadores de efeitos, afetos e pensamentos que se entrelaçam com os planos não discursivos da cultura e, desse modo, eles são sempre multiplicidades que não podem ser reduzidas aos usos e interpretações majoritários ou hegemônicos. Sempre há potencial para outras e novas conexões (PARIKKA, 2007, p. 31);

3. Precisamos nos colocar em permanente estado de alerta contra a fixação de palavras ou conceitos, de modo que entendamos “comunicação”, “mídia” e outros correlatos como construtos em processo de contínua reconfiguração histórico-cultural. Ou seja, não existem nem a “comunicação” nem o seu campo como processos acabados e atemporalmente definidos. É preciso apontar constantemente os pontos de fuga, os territórios de miscigenação, as zonas de interface. Toda tentativa de construir fronteiras disciplinares absolutamente rigorosas a partir de determinantes epistemológicos está, hoje, condenada ao fracasso;

4. Valeria aprender a lição ensinada por Bruno Latour (e muitos outros no escopo das novas teorias de mídia) a respeito da multiplicidade dos atores no cenário social. Não somos os únicos, nem necessariamente os mais importantes agentes do que está se desdobrando diante de nossos olhos. A cultura é um fenômeno tecnológico desde suas origens, mas hoje, mais que em qualquer outra época, a tecnologia se torna tema central de debate. Os atores não humanos ocupam uma posição tão decisiva que nossos pudores humanistas não tem mais onde se sustentar. Abandonar as últimas fortalezas do humanismo clássico não significa termos que adotar uma perspectiva maquínica (como faz Manuel De Landa, em seu interessante exercício de ficção teórica *War in the Age of Intelligent Machines*, 1991), mas sim que precisamos repensar profundamente conceitos como os de agência e tecnologia. Para as novas teorias da mídia, isso implica um decisivo envolvimento com a importante questão do pós-humanismo – que, felizmente, já tem sido abordada com competência por pesquisadores do nosso “campo” (Cf. SANTAELLA, 2003, SIBILIA, 2002, RÜDIGER, 2008).

Enfim, não nos faltam bons teóricos de comunicação e boas idéias. Mas pode ser que o baixo interesse pelos problemas epistemológicos, entre pesquisadores e estudantes, indique uma necessidade premente de reconfigurar os termos da discussão. Em lugar de perguntar pelo campo da comunicação, vamos nos interrogar sobre seu estatuto na contemporaneidade tecnológica, vamos examinar seu significado profundo na cultura do entretenimento ou mesmo questionar seu valor histórico como elemento heurístico para uma teoria do presente. E se tivermos que abrir mão dela, que o façamos sem grandes angústias identitárias. Teorias têm, como tudo mais, datas de nascimento e de morte. Não obstante as pretensões metafísicas embutidas em sua estrutura profunda, a teoria e a ciência estão tão sujeitas a condicionantes históricos quanto qualquer outra coisa. A arqueologia da mídia, um programa de pesquisa que vem alcançando crescente êxito em diferentes contextos acadêmicos, sugere que tenhamos um engajamento cada vez mais ativo com a noção de história. Não se trata simplesmente de resgatar passados irrealizados – narrar a história dos vencidos, como já propunha Benjamin precisamente nas suas *Teses sobre o Conceito de História*. Trata-se de sugerir heteronomias, de imaginar futuros possíveis, de esboçar linhas de fuga. Nas palavras de Zielinski, “o cultivo das dramaturgias da diferença é um instrumento efetivo contra a crescente padronização (*Ergonomisierung*) dos mundos midiáticos tecnológicos sob a égide do progresso linear” (ZIELINSKI, 2002, p. 297).

Para retomar a alegoria inicial, é preciso reconhecer, como no caso do autômato e do anão, que em nenhum momento antes a teoria esteve tão colada a seu objeto – uma proximidade que chega à completa confusão quando facilmente entendemos a palavra “cibercultura” tanto como definição de certo estado de coisas no mundo quanto como a atividade científica de apreensão desse estado de coisas. Isso implica, também, sem dúvida, um gesto teórico muito menos marcado pela típica atitude do distanciamento moderno. Já não temos mais a opção do observador afastado que contempla o mundo (raiz mesmo da palavra “teoria”) em poderosa abstração angelical. Temos que esperar muito menos da ciência, o que paradoxalmente pode ser um ganho, já que a imaginação poderia ser convocada a preencher os vazios deixados pelo saber. Parafraseando Kant, dir-se-ia: tivemos de suprimir o saber para abrir espaço para a imaginação. Mas é melhor parar por aqui, pois já cometi heresias demais em um único texto. Como disse Víctor Gomez Pín em uma frase que

nunca me canso de repetir, “a razão é poder, e o poder dificilmente pode desejar que algo lhe escape” (PÍN, 1995, p. 85).

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Afonso. Os Desafios Epistemológicos da Comunicação Mediada pelo Computador. IN GT EPISTEMOLOGIA DA COMUNICAÇÃO DA COMPÓS, 2002, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- BENJAMIN, Walter. *Gesammelte Schriften Band I-2 (Abhandlungen)*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1991.
- BRAGA, José Luiz. *Comunicação, disciplina indiciária*. In: GT EPISTEMOLOGIA DA COMUNICAÇÃO DA COMPÓS, 2007, Curitiba. *Anais...* Curitiba: UTP, 2007.
- DE LANDA, Manuel. *War in the Age of Intelligent Machines*. New York: Zone Books, 1991.
- ERNST, Wolfgang. *Das Rumoren der Archive: Ordnung aus Unordnung*. Berlin: Merve Verlag, 2002.
- FELINTO, Erick. *A Religião das Máquinas: Ensaio sobre o Imaginário da Cibercultura*. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- _____. *Passeando no Labirinto: Ensaio sobre as Tecnologias e Materialidades da Comunicação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- FERREIRA, Jairo. *Campo Acadêmico e Epistemologia da Comunicação*. IN GT EPISTEMOLOGIA DA COMUNICAÇÃO DA COMPÓS, 2003, Recife. *Anais...* Recife: UFPE, 2003.
- GITELMAN, Lisa. *Always Already New: Media, History and the Data of Culture*. Cambridge: The MIT Press, 2006.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich & Pfeiffer, Karl Ludwig (ed.). *Materialities of Communication*. Stanford: Stanford University Press, 1994.
- HANSEN, Mark. *Embodying Technesis: Technology Beyond Writing*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2000.
- KITTLER, Friedrich. *Grammophon, Film, Typewriter*. Brinkmann & Bose: Berlin, 1986.
- _____. & VISMANN, Cornelia. *Vom Griechenland*. Berlin: Merve, 2001.
- MARKS, Laura. *Touch: Sensuous Theory and Multisensory Media*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.
- MÜNKER, Stefan. *Philosophie nach dem »Medial Turn«*. Beiträge zur Theorie der Mediengesellschaft. Bielefeld: Transcript, 2009.

NORDENSTRENG, Kaarle. “Discipline or Field? Soul-searching in Communication Research”, in *Nordicom Review*, Jubilee Issue 2007.

PARIKKA, Jussi. *Digital Contagions: a Media Archaeology of Computer Viruses*. New York: Peter Lang, 2007.

PÍN, Victor Gómez. *El drama de la ciudad ideal: el nacimiento de Hegel en Platón*. Barcelona: Taurus Ediciones 1995.

RÜDIGER, Francisco. *Cibercultura e Pós-Humanismo*. Porto Alegre: Edipucrs, 2008.

SANTAELLA, Lucia. *Culturas e Artes do Pós-Humano*. São Paulo: Paulus, 2003.

SIBILIA, Paula. *O Homem Pós-orgânico - Corpo, Subjetividade e Tecnologias Digitais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

ZIELINSKI, Siegfried. *Archäologie der Medien: zur Tiefenzeit des technischen Hörens und Sehens*. Hamburg: Rowohlt, 2002.

WELLBERY, David. “Foreword”, in KITTLER, Friedrich. *Discourse Networks 1800/1900*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

WINTHROP-YOUNG, Geoffrey. *Friedrich Kittler: zur Einführung*. Hamburg: Junius, 2005.